

Supremo Tribunal Federal

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 01.07.2005
EMENTÁRIO Nº 2 1 9 8 - 3

14/06/2005

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 85.271-8 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : **MIN. CARLOS VELLOSO**
PACIENTE(S) : EDSON DOMINGOS JÚNIOR
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S) (ES) : TERCEIRA TURMA RECURSAL MISTA DO JUIZADO
 ESPECIAL CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
 DO SUL

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. JUIZADO ESPECIAL. CRIME DE AMEAÇA. AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA. RITO PROCESSUAL: INVERSÃO. PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE DOLO.

I. - Representação da vítima ratificada pelo comparecimento à audiência de instrução e pelo teor da sua manifestação.

II. - Não alegada a tempo e modo a inobservância do disposto no art. 81 da Lei 9.099/95, que é uma nulidade relativa, ocorre a preclusão.


III. - Somente com o exame aprofundado da prova será possível opor-se ao acórdão, para o fim de verificar se o paciente agiu, ou não, com dolo. O processo do **habeas corpus**, entretanto, não comporta esse exame.

IV. - H.C. indeferido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, **sob a Presidência** do Senhor Ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em indeferir** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 14 de junho de 2005.



CARLOS VELLOSO - RELATOR



Supremo Tribunal Federal

14/06/2005

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 85.271-8 MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
 PACIENTE(S) : EDSON DOMINGOS JÚNIOR
 IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
 COATOR(A/S) (ES) : TERCEIRA TURMA RECURSAL MISTA DO JUIZADO
 ESPECIAL CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
 DO SUL

R E L A T Ó R I O


O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de **EDSON DOMINGOS JÚNIOR**, da decisão da 3ª Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul que, ao examinar recurso de apelação, manteve a condenação do paciente como incurso no art. 147 do Código Penal. O acórdão está assim ementado:

"EMENTA: JUIZADO CRIMINAL - RECURSO CONHECIDO - PRELIMINARES REJEITADAS - MÉRITO - CONFIGURADO O DELITO DE AMEAÇA - RECURSO IMPROVIDO.

A representação da vítima foi ratificada pelo comparecimento à audiência de instrução e pelo teor de sua manifestação.

Não restou demonstrado prejuízo para a defesa decorrente da inversão do rito processual. Sem prejuízo para as partes não há que se falar em nulidade processual.

Delito de ameaça configura-se pela vontade de intimidar a vítima prometendo-lhe mal injusto. Ameaça séria, intimidou a vítima no momento. Consumado o delito."
 (Fl. 170)

Postula a impetração a reforma da decisão proferida pela Turma Recursal, aos seguintes argumentos: 

Supremo Tribunal Federal

HC 85.271 / MS

a) **extinção da punibilidade do paciente**, em razão da ausência de representação da vítima;

b) **nulidade do processo**, tendo em vista o descumprimento do disposto no art. 81 da Lei 9.099/95, que prevê a realização do interrogatório após a colheita da prova;

c) **atipicidade da conduta**, em razão da ausência do dolo específico necessário para a caracterização do delito.

Pede a concessão da ordem, a fim de que seja reformada a decisão da Turma Recursal que manteve a condenação do paciente pela prática do crime de ameaça.

Indeferida a medida liminar e requisitadas informações (fl. 157), foram elas prestadas pelo ilustre Presidente da 3ª Turma Recursal do Juizado Especial de Campo Grande/MS, que encaminhou cópia do acórdão impugnado (fls. 165-171).

Oficiando às fls. 176-178, o Ministério Público Federal, parecer do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida, opina pelo indeferimento da ordem.

É o relatório.



Supremo Tribunal Federal

14/06/2005

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 85.271-8 MATO GROSSO DO SULV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO** (Relator): - Insurge-se a impetração contra o acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal Mista dos Juizados Especiais de Mato Grosso do Sul que manteve a condenação do paciente como incurso no art. 147 do Código Penal.

A ordem é de ser indeferida, tal como opina o Ministério Público.

A uma, porque o voto condutor do acórdão que examinou o recurso de apelação do paciente demonstrou, à saciedade, a improcedência da preliminar de ausência de representação criminal. Destaco do voto:

"(...)

Não pode ser acolhida a preliminar de falta de representação para a ação penal. A vítima representou formalmente na Delegacia de Polícia, demonstrando de maneira inequívoca que pretendia ver o réu processado pelos fatos descritos no processo.

mu

Supremo Tribunal Federal

HC 85.271 / MS

Em juízo, fora ouvida por carta precatória, na comarca de São Bernardo do Campo, oportunidade em que reafirmou que o réu a teria ameaçado por causa de desavenças com a sua esposa.

Veja-se que o Enunciado nº 08, do Primeiro Encontro dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais: 'Há necessidade de ratificar em juízo a representação criminal feita na polícia. A ausência da vítima na audiência preliminar importa em arquivamento do feito'.

Assim, verifica-se teor do enunciado que somente considerar-se-á extinta a punibilidade pela falta de representação, quando a vítima faz representação na fase policial, no calor dos fatos, e depois deixa de comparecer aos atos processuais, demonstrando implicitamente que não deseja mais o processo.

Na hipótese dos autos, a vítima MARIA DALVA DA SILVA, compareceu à delegacia de polícia, registrou a ocorrência de ameaça e inequivocadamente representou contra o acusado do crime. Na fase judicial, embora não tenha expressamente afirmado que pretendia ver o réu processado, virou narrou novamente as promessas de mal próximo feitas pelo réu.

Tenho que houve representação da vítima para o processo e que ao comparecer em audiência a reafirmar os fatos criminosos imputados ao acusado, ratificou a representação.

Destarte, voto pela rejeição da preliminar argüida pelo órgão do Ministério Público que oficia perante esta Turma Recursal.

(...)." (Fls. 166-167)

A duas, porque, relativamente ao prejuízo decorrente do descumprimento do art. 81 da Lei 9.099/95, tem-se, no caso, uma



Supremo Tribunal Federal

HC 85.271 / MS

nulidade relativa, a qual, por não ter sido argüida a tempo e modo, foi apanhada pela preclusão.

A três, porque somente com o exame aprofundado da prova será possível opor-se ao acórdão, para o fim de verificar se o paciente agiu, ou não, com dolo. O processo do **habeas corpus**, entretanto, não comporta esse exame.

Do exposto, indefiro a ordem.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 85.271-8

PROCED.: MATO GROSSO DO SUL

RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO

PACTE.(S): EDSON DOMINGOS JÚNIOR

IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

COATOR(A/S)(ES): TERCEIRA TURMA RECURSAL MISTA DO JUIZADO ESPECIAL
CRIMINAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Decisão: A Turma, por votação unânime, **indeferiu** o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. 2ª Turma, 14.06.2005.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Sandra Verônica
Cureau.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador